



i

17-06-2014

Periodicidade: Diária
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 80000

Temática: Banca/Seguros
Dimensão: 957
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/22

MINISTÉRIO PÚBLICO PODE INVESTIGAR MANIPULAÇÃO DE CONTAS DA ESPÍRITO SANTO INTERNACIONAL

// PÁG. 22



Antigo contabilista garante que Ricardo Salgado sabia de manipulação do passivo na ESI

EDUARDO MARTINS

PGR pode investigar manipulação de contas do Grupo Espírito Santo

Luxemburgo está a investigar omissão de passivo nas contas da Espírito Santo Investimento, mas isso não impede que Portugal possa abrir um inquérito sobre os mesmos factos

CARLOS DIOGO SANTOS
carlos.santos@ionline.pt
LUIS ROSA
luis.rosa@ionline.pt

O Ministério Público português poderá investigar a manipulação das contas da Espírito Santo Investimento (ESI) em paralelo com a investigação criminal que corre termos no Luxemburgo. A Procuradoria-Geral da República confirmou ao *i* estar já atenta a este caso, depois de o ex-contabilista desta holding ter revelado que Ricardo Salgado, presidente da comissão executiva do Banco Espírito Santo, tinha conhecimento desde 2008 de que parte do passivo da ESI não estava reflectido nas contas. "O Ministério Público encontra-se a acompanhar a situação", garantiu fonte oficial.

A ESI é a holding que controla os negócios financeiros e não financeiros no Grupo Espírito Santo (GES).

Várias fontes judiciais afirmaram ao *i* que nada impede que os mesmos factos sejam investigados em simultâneo em dois Estados diferentes. Os problemas de competência territorial poderão surgir, contudo, caso sejam deduzidas acusações contra a mesma pessoa. É que ninguém pode, em teoria, ser julgado duas vezes pelo mesmo crime e, caso isso acontecesse, a duplicação de uma sanção só poderia ser resolvida ou através de uma convenção internacional – entre Portugal e o Luxemburgo – ou recorrendo a instâncias superiores, como por exemplo, as instituições judiciais europeias.

LUXEMBURGO PEDIU AJUDA A LISBOA Actualmente, as autoridades luxemburguesas já solicitaram documentos à Procuradoria-Geral da República, liderada por Joana Marques Vidal, bem como aos reguladores do sector bancário (Banco

de Portugal) e da bolsa (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários).

A polémica em torno da alegada falsidade das informações prestadas pela ESI sobre o seu passivo – escondendo 1,3 mil milhões – adensou-se desde que o antigo contabilista da ESI, Francisco Machado da Cruz, revelou que Ricardo Salgado "sabia que faltava dinheiro no passivo", noticiou o "Expresso" no passado sábado.

Segundo Machado da Cruz, além de Salgado, também José Castella, controller financeiro do GES, Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva e José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva também teriam conhecimento de que uma parte do passivo da ESI não aparecia reflectido nas contas. Os dois últimos desmentiram essas afirmações.

Ricardo Salgado tinha afirmado numa entrevista ao "Jornal de Negócios" ter sido "surpreendido" quando soube que "havia uma parte da dívida que não estava contabilizada".

Machado da Cruz vai ainda mais longe e, em documentos internos do GES – que já estão na posse do Banco de Portugal –, revela que existiram reuniões onde foi decidida uma operação de reavaliação de activos para esconder o aumento do passivo da ESI.

O PORQUÊ DA OCULTAÇÃO O contabilista refere nos documentos internos que a operação de ocultação do passivo da ESI alegadamente autorizada por Ricardo Salgado aconteceu para salvar o BES e surgiu devido à crise económica de 2008. Com o passar dos anos, contudo, a situação foi-se agravando e, de acordo com a documentação, a ocultação de 180 milhões feita em 2008 atingiu, cinco anos depois, um valor de 1,3 mil milhões. Recorde-se que a ESI apresentou perdas totais de 2,2 mil milhões de euros.

INVESTIGAÇÕES A OUTROS BANCOS

BCP O Banco de Portugal (BdP) e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) começaram a investigar, em 2007, as condições em que foram concedidos créditos pelo Banco Comercial Português (BCP) aos seus clientes para que adquirissem acções do próprio banco durante os aumentos de capital de 2000 e 2001. As investigações do Ministério Público (MP), da CMVM e do BdP decorreram em paralelo. As conclusões dos reguladores foram entregues ao MP em 2008.

BPP No ano de 2009, o MP estava a levar a cabo duas investigações sobre este banco, uma conduzida pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) e outra pelo Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa. A do DIAP de Lisboa teve origem na CMVM.

BPN O caso BPN deu origem a vários processos, tendo a abertura do inquérito principal tido origem no conhecido caso "Furacão", em 2008. No processo principal, ainda em julgamento, estão sob investigação os crimes de abuso de confiança, burla qualificada, falsificação de documentos, branqueamento de capitais, infidelidade, fraude fiscal qualificada e aquisição ilícita de acções.

BES O Banco Espírito Santo está também a ser investigado pelo Ministério Público português no âmbito de vários casos. A ocultação do passivo dentro de uma holding de controlo do Grupo Espírito Santo trouxe uma nova investigação, desta vez do MP do Luxemburgo, e ainda averiguações de reguladores daquele país. Em Portugal, estes novos dados, bem como as afirmações do antigo contabilista da ESI dando conta de que o presidente do BES sabia da manipulação das contas do grupo, podem desencadear nova investigação.